



**Câmara dos Deputados**

**Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF**

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO  
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PLP NÚMERO: 23 ANO: 2011**

**1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?**

- ☒ SIM ☐ Aumento de despesa - ☐ União ☐ estados ☐ municípios  
☒ Diminuição de receita - ☐ União ☒ estados ☒ municípios  
☐ NÃO

**1.1. Há proposição apenas, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?**

- ☒ SIM ☐ Aumento de despesa. Quais?  
☒ Implica diminuição de receita. Quais? PLP 163, 2012  
☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?  
☐ NÃO

**2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:**

**2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?**

- ☐ SIM (Emenda nº \_\_\_\_\_) ☒ NÃO

**2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas<sup>1</sup>?**

- ☒ SIM ☐ NÃO

**3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido:**

**4. Outras observações:**

O PLP 23, de 2011, veda a inclusão do montante do próprio imposto na base de cálculo do ICMS. A proposição visa alterar a arrecadação do ICMS. Por diminuir sua base de cálculo, gerando problemas para alguns entes federativos. O apenso PLP 163, de 2012, gera renúncia fiscal por propor o mesmo procedimento para o IPI. O Substitutivo apresentado continua INADEQUADO financeira e orçamentariamente. PLP 23, de 2011, não há implicação financeira e orçamentária.

**Brasília, 25 de outubro de 2016.**



**Câmara dos Deputados**

**Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF**

**Sidney José de Souza Júnior**

**Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira**